



HISTÓRIA & TEORIA QUEER: NOVOS OLHARES

QUEER HISTORY AND THEORY: NEW PERSPECTIVES

Natanael de Freitas Silva*

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ

natanaelfreitass@gmail.com

História & Teoria Queer, publicado em 2018 pela editora Devires, é uma das primeiras obras publicadas no Brasil que busca apresentar a potencialidade, os usos e as apropriações da *Teoria Queer* (PÉREZ NAVARRO, 2019) pelo saber histórico. Com prefácio da socióloga Berenice Bento¹ e posfácio de Alessandra Ramos², a coletânea soma 13 capítulos, divididos em duas partes.

Na primeira, intitulada “Teoria queer e historiografia: contribuições ao debate”, focaliza-se os jogos de (in)visibilidade de temas como as homossexualidades, as transgeneridades e a relação da alteridade na escrita da história. Genealogicamente, a *Teoria Queer* chegou ao âmbito acadêmico brasileiro no início dos anos 2000 por caminhos diversos como a Educação (LOURO, 2001), a Linguística (LUGARINHO, 2001) e as Ciências Sociais (BENTO, 2006). Todavia, ainda tem uma presença tímida no campo historiográfico (SOUZA e BENETTI, 2012; REA e AMANCIO, 2018).

Sendo assim, uma das questões tratadas é o porquê da História ser um dos últimos campos do saber a abrir-se à teoria e experiências dos *sujeitos queers* e quais os

* Doutorando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PPHR/UFRRJ/CAPES). Membro do LabQueer (Laboratório de estudos das relações de gênero, masculinidades e transgêneros/UFRRJ). Mestre e Graduado em História pela mesma instituição.

¹ Professora do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília – UnB.

² Ativista de direitos humanos e membro do Conselho Estadual LGBT do Rio de Janeiro.

possíveis motivos dessa recusa e/ou resistência epistêmica entre historiadores e historiadoras?

O primeiro argumento é que, apesar da relativa autonomia e abordagem interdisciplinar presente no campo dos estudos de gênero, “trata-se da manutenção de um afastamento historicamente construído do erotismo, do desejo e da construção não hegemônica das masculinidades e das feminilidades da produção histórica” (SOUZA NETO, 2018, p. 39), boa parte da crítica historiográfica brasileira, após os anos 1980, foi organizada como uma disputa entre modernos e pós-modernos (SANTOS, 2012), gerando um afastamento de temas associados a dimensão privada como sexualidade e o desejo, assim como a produção de uma hierarquia dos objetos considerados (i)legítimos ao campo historiográfico. Tendo como premissa uma fixidez identitária e uma estrutura binária de abordagem como objetividade/subjetividade; masculino/feminino; razão/emoção etc.

O que levaria a esse afastamento e a determinada resistência ao pensar *queer* é a cisgeneridade heterossexuada como condição epistemológica do fazer e do pensar históricos. De origem incerta, o termo cisgeneridade (VERGUEIRO, 2016) é mobilizado desde os anos 1990 para nomear uma complexa trama de sentidos e significados estruturantes do pensamento ocidental que classifica os corpos sexuais como “normais” a partir de uma coerência entre sexo-gênero-desejo.

Uma de suas características mais recorrente é a binariedade como um princípio normativo que marca, define e regula o destino de muitos corpos, tornando-os inteligíveis. Logo, os sujeitos que fogem a essa norma são nomeados como “anormais”, abjetos e, conforme sugere Butler (2014), desprovidos do estatuto de humanidade. Com efeito, historicizar a(s) cisgeneridade(s)³ é uma

estratégia de combate, pois evidencia que as chamadas essências, papéis e expressões de gênero são socialmente forjadas, aprendidas, repetidas, inclusive entre aqueles/as que se identificam com o gênero atribuído quando de seu nascimento (LOPES, 2018, p. 87)

³ É importante destacar a pluralidade do termo, pois, apesar de gays e lésbicas se identificarem com o seu gênero atribuído quando do nascimento, ao renunciarem a heterossexualidade compulsória, tencionam a equação sexo-gênero-desejo e, por isso, são também classificados e colocados na linha da abjeção, conforme nomeia Butler. Essa diferenciação é necessária para não colocarmos gays e lésbicas num mesmo patamar de exercício de poder por pessoas heterossexuais no uso conceitual e analítico da cisgeneridade.

É uma maneira de analisar os efeitos da relação saber-poder-prazer na produção dos corpos sexuados e generificados. Além de questionar os lugares de enunciação e transformar em sujeitos aqueles e aquelas até então visto como objetos, muitas das vezes exotificados e subalternizados pela narrativa hegemônica.

Na segunda parte, denominada “A potencialidade dos estudos queer: corpo, performances e representações”, os autores e autoras preconizam em suas análises o lugar do corpo na (re)produção de gênero. De modo transversal e a partir da análise da trajetória da primeira geração de travestis brasileiras em Paris; o trânsito entre as travestis de Campos dos Goytacazes com a Europa; o regime de visibilidade dos corpos no cinema (*A rainha Diaba*), nos jornais (*Lampião da Esquina*) e a erosão das masculinidades nos aplicativos de sociabilidade gay (*Grindr*), os processos de subjetivação e de visibilidade dos corpos dissidentes ganham destaque.

Podemos observar que algumas palavras são chaves para compreendermos a potência analítica e subversiva dos estudos *queer* como *instabilidade, trânsito e deslocamento*. Um dos pontos abordados nas experiências travestis, por exemplo, é o lugar da amizade como um modo de invenção de si e de criação de uma rede de sociabilidade fundamental na composição de outras corporalidades e territorialidades dos afetos.

De modo geral, o olhar *queer* sobre os corpos preconiza “pensar a pluralidade de suas questões, ressalvas, martírios, lutas, resistências” (LION, 2018, p. 279) e colocar no primeiro plano a história “de corpos que se desviam das fronteiras fixas da heteronormatividade compulsória, [...], [e] potencializam a capacidade de transgressão política, ética e estética de regulações sociais (SILVA, 2018, p. 320).

Desta forma, o pensar *queer* não apenas insere novos personagens, questões e experiências dissonantes na escrita da história, busca (re)pensar a própria maneira de (re)produção da História, entendendo-a como um discurso em litígio (JENKINS, 2001, p. 41) e desestabilizando categorias de conhecimento.

Atenta-se também à crítica marxista aos estudos *queer*, as possibilidades de diálogo, embates e afastamento entre o materialismo histórico e um modo de pensar e refletir forjado no âmbito da pós-modernidade (ROCHA, 2017), isto é, marxistas e queers divergem na compreensão de categorias e teorizações sobre a constituição do *sujeito*, o papel do *Estado* na gestão e na (re)produção dos corpos sexuados, na dinâmica do *poder* e na fragmentação da *identidade*.

Uma das possibilidades explicativas do afastamento e/ou da rejeição do marxismo por alguns teóricos *queers*, para além da acusação de fragmentação e sectarismo epistemológico, é a “tentativa de andar com seus próprios passos, descobrir pontos fulcrais de sua agenda e estratégias de luta sem necessitar de uma narrativa que a preceda, que a explique e que, portanto, a dê legitimidade de existência” (NUNES, 2018, p. 292).

Todavia, uma aproximação possível entre um fazer *queer* e o pensar materialista é a noção de *potentia gaudendi* forjada por Preciado. Traduzido como “força orgásmica”, essa categoria amplia e de certa forma até substitui a noção de *força de trabalho* da economia clássica. Essa força se traduz numa “capacidade indeterminada” e expressa “a soma da potencialidade de excitação inerente de cada molécula material [...] é uma força de transformação do mundo em prazer” (PRECIADO, 2018, p. 45). Em outras palavras, Preciado oferece um relevante conceito para os intelectuais “teóricos do capitalismo farmacopornográfico” (PRECIADO, 2018, p. 48), assim como críticos dos estudos *queers* (por considerá-los condescendentes ao capitalismo e pouco atentos às opressões econômicas e de classe), outro modo de olhar o trabalhador pós-moderno como a soma de vários vetores de opressão, nos quais o sexo e o gênero catalisam novas relações e interações entre subjetividades, identidades e relações materiais.

Sendo assim, e mediante o exposto, entendo que uma historiografia *queer* pressupõe como ação permanente a contestação dos modos de produção dos sujeitos, da abjeção e da subalternização dos corpos sexuados e das oposições hierárquicas entre natureza e cultura, sujeito e objeto, homem e mulher, heterossexualidade e homossexualidade, cisgeneridade e transgeneridade, etc., que configuram uma hierarquia na tríade das relações de saber-poder-prazer.

A *teoria queer* produz uma *perturbação* no regime historiográfico, não se busca apenas produzir mais uma história localizada e paralela à história tradicional, almeja-se indagar as próprias bases de produção do saber histórico, isso é mais potente e ao mesmo tempo soa como ameaçador para quem entende a historiografia como um campo estável, objetivo, neutro e racional, conforme a episteme moderna da História.

História & Teoria Queer mostra que: a) o saber queer objetiva “historicizar o normal, fazer dele um objeto de estudo” (BRULON, 2018, p. 47); b) propõe a “desconstrução dos regimes de identidade” (BRULON, 2018, p. 49); c) denuncia os

princípios normativos do nosso regime de historicidade e forja “novos olhares acerca das identidades de gênero, das sexualidades e das práticas que envolvem os corpos e os desejos” (RIBEIRO JÚNIOR, 2018, p. 143).

História & Teoria Queer busca “abrir a história a novas vozes e agendas” (JENKINS, 2014, p. 17), refigurando o passado com, e a partir de, sujeitos escamoteados e apagados numa escrita asséptica, heterocentrada, normativa e pouco afeita a ouvir as vozes dissonantes de uma história feita e pensada no masculino.

Por fim, o desafio de um pensar *queer* ao fazer historiográfico é provocar e produzir uma outra maneira de operar historicamente com realidades silenciadas, apagadas e subalternizadas a partir de um olhar hegemônico masculino e masculinizante. Dessa forma, podemos mostrar que com, e a partir da, escrita “podemos nos libertar do olhar normalizador sobre o passado incompreensível” (BRULON, 2018, p. 74), assumindo uma postura antiassimilacionista e combativa frente ao regime heterossexista contemporâneo.



www.revistafenix.pro.br

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo**: sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BRULON, Bruno. Normatizar para normalizar: uma análise *queer* dos regimes de normalidade na historiografia contemporânea da homossexualidade. In: SOUSA NETO, Miguel Rodrigues; GOMES, Aguinaldo Rodrigues (orgs.). **História & Teoria Queer**. Salvador, BA: Editora Devires, 2018, p. 47-76.

BUTLER, Judith. Regulações de gênero. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 42, p. 249-274, June 2014.

JENKINS, Keith, **A História Repensada**. SP: Contexto, 2001.

JENKINS, Keith. **A História Refigurada**: novas reflexões sobre uma antiga disciplina. SP: Contexto, 2014.

LION, Antonio de. Corpo anacrônico (sucedido por uma alegoria queer sobre as musas). In. SOUSA NETO, Miguel Rodrigues; GOMES, Aguinaldo Rodrigues (orgs.). **História & Teoria Queer**. Salvador, BA: Editora Devires, 2018, p. 255-288.

LOPES, Fábio Henrique. Cisgeneridade e historiografia: um debate necessário. In. SOUSA NETO, Miguel Rodrigues; GOMES, Aguinaldo Rodrigues (orgs.). **História & Teoria Queer**. Salvador, BA: Editora Devires, 2018, p. 77-99.

LOURO, Guacira Lopes. Teoria Queer – uma política pós-identitária para a educação. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n.2, p. 541-553, 2001.

LUGARINHO, Mario Cesar. Como traduzir a Teoria Queer para a língua portuguesa. **Gênero**, Niterói, v.1, n.2, p.33-40, 2001.

NUNES, Kauan Amora. O que o *Queer* tem a ver com as calças: uma análise histórica do conflito entre as críticas marxistas e *queer*. In: SOUSA NETO, Miguel Rodrigues; GOMES, Aguinaldo Rodrigues (orgs.). **História & Teoria Queer**. Salvador, BA: Editora Devires, 2018, p. 289-315.

PÉREZ NAVARRO, Pablo. História feminista, Genealogias Queer. **Revista TransVersos**, [S.l.], n. 14, p. 12-35, jan. 2019.

PRECIADO, Paul B. **TEXTO JUNKIE**. Sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica. SP: n-1 edições, 2018.

REA, Caterina Alessandra; AMANCIO, Izzie Madalena Santos. Descolonizar a sexualidade: Teoria Queer of Colour e trânsitos para o Sul. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 53, e185315, 2018.

RIBEIRO, JÚNIOR, Benedito Inácio. Estudos queer na historiografia brasileira (2008-2016). In: SOUSA NETO, Miguel Rodrigues; GOMES, Aguinaldo Rodrigues (orgs.). **História & Teoria Queer**. Salvador, BA: Editora Devires, 2018, p. 143-173.

ROCHA, Cássio Bruno de Araújo. Teoria Queer entre a Pós- modernidade e o Presentismo: um caminho crítico possível? **Revista Periódicus**, v. 1, p. 212-240, 2017.

SANTOS, Wagner Geminiano. A invenção da crítica historiográfica brasileira pós década de 1980: um campo de batalha para modernos e pós-modernos. **Revista de Teoria da História**, v. Único, p. 128-155, 2012.

SILVA, Robson Pereira da. “Vai malandra... seu corpo é instrumento [contra]violento”: figurações da marginalidade no filme “A Rainha Diaba” [1973]. In: SOUSA NETO, Miguel Rodrigues; GOMES, Aguinaldo Rodrigues (orgs.). **História & Teoria Queer**. Salvador, BA: Editora Devires, 2018, p. 317-353.

SOUSA NETO, Miguel Rodrigues; GOMES, Aguinaldo Rodrigues (orgs.). **História & Teoria Queer**. Salvador, BA: Editora Devires, 2018.

SOUZA NETO, Miguel Rodrigues de. Rotas desviantes no oco do mundo: desejo e performatividade no Brasil contemporâneo. In: SOUSA NETO, Miguel Rodrigues; GOMES, Aguinaldo Rodrigues (orgs.). **História & Teoria Queer**. Salvador, BA: Editora Devires, 2018, p. 21-45.

VERGUEIRO, Viviane. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes**: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade), UFBA, 2016.

RECEBIDO EM: 11/05/2020

PARECER DADO EM: 26/06/2020